

Painel Democracia

Democracia e movimentos sociais

Dia 11, 5ª feira tarde, sala 1

Relato apresentado por Helena Roseta

Neste painel foram apresentadas 10 comunicações, versando temas relacionados com as múltiplas formas de discriminação que persistem na democracia portuguesa, designadamente contra os imigrantes, contra as mulheres e contra os homossexuais. É de salientar o elevado nível das comunicações, todas elas baseadas numa investigação aprofundada e/ou numa prática associativa continuada e militante.

Das comunicações e debate resultaram as seguintes conclusões e propostas:

1. Trinta anos depois do 25 de Abril, vivemos em Portugal uma democracia que Boaventura Sousa Santos classificou de “baixa intensidade”. Temos de construir uma democracia de alta intensidade, e essa terá de ser: **cosmopolita**, capaz de integrar as comunidades imigrantes; **inclusiva**, eliminando as discriminações contra todas as minorias; **paritária**, baseada na igualdade de género, não apenas nas leis, mas no emprego, na vida quotidiana e no acesso à decisão; e respeitadora dos **direitos sexuais e reprodutivos** considerados como direitos humanos.

2. A democracia cosmopolita deve integrar os imigrantes nos processos de decisão e representação política. Para isso foi proposta a adesão à petição, inspirada na recomendação de Rede Europeia Contra o Racismo, que apela a um **novo do conceito de cidadania, baseado na residência e não na nacionalidade**. Foi considerado negativo que a futura Constituição Europeia negue a cidadania plena aos imigrantes e foi lançado um **desafio para que este novo conceito de cidadania seja integrado na Constituição portuguesa**.

3. A democracia inclusiva visa permitir a todos, sem discriminação, o acesso aos direitos constitucionais. Em especial, foi salientada a experiência desenvolvida pelas associações de imigrantes, através de um estudo realizado pela associação SOS Racismo. Constatou-se o crescimento exponencial de associações em Portugal, estimando-se em 2004 que existam 189 associações de imigrantes e 12 de ciganos. A maioria foi criada na década de 90, mas 12% já são posteriores a 2000, o que reflecte o surto imigratório correspondente. Por nacionalidades, 75% das associações são de nacionais dos PALOP, sendo 14% de brasileiros e 3% de nacionais de países do Leste europeu. Foram denunciadas tentativas de instrumentalização destas associações por parte de poderes públicos, nomeadamente municipais, defendendo-se a necessidade de **total transparência na atribuição de subsídios**.

4. A evolução dos movimentos de mulheres e a persistência de discriminações graves no mercado de trabalho, no acesso aos direitos reprodutivos e na ocupação de lugares de eleição política foi aprofundada por diversas

comunicações. Foi destacada a diferença entre a presença de mulheres no Parlamento consoante a proveniência partidária, sendo os partidos de esquerda aqueles em que essa presença é sistematicamente mais elevada. Foram analisadas várias formas de discriminação no emprego, desde a discriminação salarial (a remuneração média das mulheres é 3/4 da dos homens) à discriminação de qualificações (50% das mulheres empregadas são “semiqualficadas”, situação que abrange 31% dos homens). Foi destacada a discriminação com base no potencial reprodutivo. Foi apresentada uma experiência, realizada pela CGTP, de introdução de medidas positivas para promover a igualdade de género através do diálogo social, integrada nas iniciativas comunitárias NOW LUNA e EQUAL, e que abrangeu um total de 19.000 trabalhadores, entre os quais 12.000 mulheres, de empresas privadas, públicas e autarquias, com resultados considerados muitos positivos na mudança de práticas e atitudes no meio laboral.

5. As comunicações sobre as questões da igualdade de género conduziram às seguintes propostas: **integração desta problemática** em todos os programas políticos; denúncia da actual legislação sobre o **aborto** por violar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; necessidade de encarar as mulheres como uma **força social e económica**, com a correspondente capacidade de influência e decisão; defesa de **formas inovadoras de organização** de trabalho; necessidade de uma **nova partilha de responsabilidades** entre homens e mulheres no espaço público e no espaço privado; denúncia dos crimes de **maus tratos e violência doméstica** e apoio a todas as formas de os combater.

6. A discriminação contra a liberdade de orientação sexual, em especial contra os homossexuais, foi analisada numa perspectiva histórica, remontando às perseguições policiais pelas brigadas de costumes no tempo da ditadura. Mas as discriminações persistem. Por exemplo nas políticas de saúde, onde é vedada aos homossexuais a doação de sangue, por se considerarem “grupos de risco”, quando o que existe são comportamentos de risco. Foi proposta a apresentação de uma **lei contra a homofobia e o sexismo**, à semelhança do que já sucedeu noutros países europeus, bem como a introdução do **registo voluntário das uniões de facto**, já reconhecidas na lei portuguesa.

7. A fragilidade e guetização do movimento social português é uma realidade. Há uma pulverização e dispersão de organizações que raramente trabalham em conjunto, embora haja experiências relevantes de cooperação. No caso das associações de imigrantes, essa guetização chega a ser física, com concentração de sedes disponibilizadas pelo poder municipal em locais sem acessibilidade e distantes do espaço público central.

Foi considerada **reduzida** a identificação das temáticas deste painel com direitos das minorias. As mulheres são maioritárias e as outras causas debatidas não têm como ponto comum o serem minoritárias, mas sim o seu posicionamento como formas de combate à discriminação. Foi defendida a **colaboração entre as diversas associações e movimentos de cidadãos**, embora se reconheça que há formas de discriminação muito diferentes que justificam empenhamentos também diferenciados. Foi também defendida a

independência destas associações e movimentos contra quaisquer tentativas de instrumentalização e o **reforço do movimento social português**.

8. Foi analisada a relação entre a democracia e os partidos políticos, constatando-se o fenómeno da crise do sistema representativo por descrédito da representação e progressivo afastamento dos cidadãos em relação ao voto. Foi denunciada a responsabilidade dos partidos políticos, transformados em meras máquinas de conquista do poder que desrespeitam com frequência as suas promessas eleitorais. Foi igualmente denunciada a relevância de interesses económicos sobre o poder político. Se não há democracia sem partidos, também é verdade que é necessário que **os partidos tenham comportamentos democráticos irrepreensíveis**, sob pena de porem em causa a própria democracia. Foi também assinalada a necessidade de a democracia suscitar **verdadeiras alternativas** e não apenas garantir a alternância de poder.

9. Finalmente, foi salientado que **a crise da democracia não é só uma crise de motivação, é sobretudo uma crise de literacia**. Esta foi definida como a capacidade de “entender, saber, organizar, reflectir, interpretar e interrelacionar”. Foram apresentadas estatísticas europeias que revelam que Portugal se encontra na cauda da Europa em termos de literacia. Esta situação atinge os próprios responsáveis sociais e políticos. **O direito à literacia deve ser um direito social** e é uma tarefa cívica urgente. Face aos elevados índices de abandono escolar precoce e de iliteracia, é necessário criar condições através das empresas, das escolas e do Estado para que todos os cidadãos que não conseguiram alcançar níveis de literacia desejáveis o possam fazer. **O direito à segunda oportunidade deve também ser considerado um novo direito social, inseparável do direito à literacia**.